

**O ASSENTAMENTO AURORA: UM CASO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA À TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO**

Ivan Lazzari Mendes[[1]](#footnote-1)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira[[2]](#footnote-2)

**GT 1:** Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

**RESUMO**

Somos adeptos do pensamento filosófico marxista adotado por Oliveira (1999), que reconhece que o desenvolvimento capitalista como um processo contraditório e combinado: ao mesmo tempo em que reproduz relações capitalistas, produz relações camponesas de produção. Desse modo, buscamos compreender que, em meio à territorialização dos monopólios (Oliveira, 2015), em curso na macrorregião canavieira de Ribeirão Preto/SP, é dada a resistência camponesa. Conquanto classe social inserida, contraditoriamente, no capitalismo, o campesinato resiste à proletarização por meio da luta pela terra. Isso se dá por meio, dentre outras ações e formas de pressão política, de acampamentos e ocupações de propriedades privadas que foram adquiridas ilicitamente ou de fazendas públicas que não cumprem sua função social, como determina a Constituição Federal (1988). A luta pela terra nessa macrorregião resultou em fortes pressões sociais, alavancadas pela redemocratização do país (pós-1985), que culminaram na desapropriação de propriedades fundiárias juridicamente irregulares e, por conseguinte, na criação de diversos assentamentos de reforma agrária. Em Descalvado/SP, três assentamentos de reforma agrária foram criados pelo INCRA nos anos 2000, dentre os quais o PDS Comunidade Agrária Aurora, onde observamos a reprodução, ainda que árdua, do campesinato. Tal dificuldade deriva da precariedade de recursos e assistência técnica, problema acentuado após o golpe de Estado de 2016. Porém, o campesinato no Aurora resiste, como comprova o cotidiano de lutas que marca a realidade objetiva desse assentamento - recorte territorial desse ensaio.

**Palavras-chave:** resistência camponesa, Geografia Agrária, territorialização dos monopólios, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assentamentos

INTRODUÇÃO

Foi notável a profusão de assentamentos de Reforma Agrária criados na macrorregião de Ribeirão Preto após a greve de Guariba (1984), ocorrida no contexto histórico da crise da Ditadura Militar (1964/85) que culminou com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988. Isso gerou mudanças territoriais relevantes no campo brasileiro. Multiplicaram-se os acampamentos e as ocupações de terras públicas e privadas, que se encontravam em situação jurídica duvidosa e/ou não cumpriam com sua função social.

Essa luta pela terra foi protagonizada por camponeses que resistiam à proletarização, bem como por assalariados (nomeadamente boias-frias) que exigiam melhores condições de trabalho. Tratou-se de uma enorme pressão política imposta pelos movimentos sociais, fato que resultou na implantação de diversos assentamentos, notadamente a partir dos governos FHC (1995/2020):

Na macrorregião de Ribeirão Preto/SP, particularmente no município de Descalvado/SP essa pressão social foi comandada pela FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), o que resultou na criação de três assentamentos: o PDS Comunidade Agrária 21, criado em 27 de dezembro de 2005; o PDS Comunidade Agrária Aurora, implantado em 10 de novembro de 2008; e o PA Comunidade Agrária 2 de Janeiro, datado de 21 de agosto de 2009.

No PDS Comunidade Agrária Aurora, recorte territorial desse ensaio, seu morador mais idoso (93 anos), homologado desde o surgimento do assentamento, rememorou essa luta:

A pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social (Oliveira, 2001).

Todavia, o ingresso na terra, dado pela criação do assentamento Aurora, não encerrou a resistência camponesa. Pelo contrário, desde então, tem ocorrido uma longa luta do campesinato para permanecer nas terras conquistadas que pertenciam à antiga Aurora (Descalvado/SP), como veremos adiante.

O camponês não é servo, não é escravo, não é assalariado. Fruto das transformações vividas pela agricultura no seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo, ele integra uma classe social específica que também produz mercadorias. É dotado de enorme capacidade produtiva, cujos excedentes são comercializados:

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D — M — D na sua versão simples, e D — M — D’ na sua versão ampliada.Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Para Martins (1991), os camponeses formam:

Uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (MARTINS, 1991, p. 13).

Todavia, Oliveira (2004) nos lembrou da necessidade de irmos além da busca de um conceito para o campesinato. É preciso compreender o papel e o lugar do camponês na sociedade capitalista e no Brasil:

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Nossos objetivos, ao analisar a resistência camponesa no Aurora, implantado em meio ao mar de cana (OLIVEIRA, 1999), constituem-se num esforço intelectual para captar a “voz” dessas famílias. Buscamos, assim, a práxis: união dialética da teoria – a questão camponesa e suas contradições no âmbito da agricultura capitalista brasileira – com a prática (o cotidiano, isto é, a realidade objetiva do referido assentamento).

Para “ir além” (OLIVEIRA, 2004, p. 35) do debate teórico acerca do campesinato no Brasil, buscamos compreender sua subordinação aos ditames do capital que comanda a industrialização da agricultura na zona canavieira paulista, onde se insere o município de Descalvado/SP – que abriga o PDS Comunidade Agrária Aurora, recorte territorial desse ensaio.

A reprodução do campesinato acontece para contemplar dois processos concomitantes: a produção do capital e o aumento da reprodução do capital. Essas contradições do desenvolvimento das forças produtivas configuram, histórica e especificamente, o território – uma das mais importantes teorias de análise da geografia. Desse modo, o território deve ser apreendido:

[...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo, suas articulações e mediações supraestruturais em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Orientados por esses pressupostos teóricos (que iremos expor de forma detalhada a seguir), buscamos, acima, justificar – e legitimar – nossa escolha pelo estudo do assentamento Aurora como objeto de estudo, ou seja, como problema dessa reflexão.

Buscamos iluminar a problemática materializada no assentamento Aurora, qual seja a reprodução dessa classe social em meio à territorialização dos monopólios, em curso no mar de cana de Descalvado/SP. Isso porque:

Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceituais válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. A realidade não só é pura; tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade. De fato, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais.

Tudo isso nos leva ao último ponto de ambas as seqüências sugeridas sobre a problemática da conceituação de camponês: a questão da possível inutilidade e/ou qualidades insatisfatórias do termo. Isso é necessário porque, para compreender o que “são” os camponeses, devemos compreender o que e como pensarmos sobre eles (Shanin, 2005, p. 16).

Atentos a esse alerta de Shanin (2005), que também se constitui num dos pressupostos do pensamento marxista de Oliveira (1999), buscamos, como método empregado nessa análise, levar em conta as relações de produção em seu movimento dialético e movimento histórico:

[...] é na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência [...]. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência: ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX apud OLIVEIRA, 1999, p. 69).

Bombardi (2008) nos lembrou que, ao conceber a realidade como ponto de partida e de chegada do pensamento filosófico, Oliveira (1999) recorreu ao próprio Marx para explicar seu método:

...meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, K. 1985, apud OLIVEIRA, 1999:70, apud Bombardi, p.12, 2008).

Desse modo, buscamos em não perder de vista a questão camponesa em meio ao avanço do capitalismo no campo brasileiro nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Nos últimos anos, a conquista da terra pelos camponeses, ilustrada pela criação do assentamento Aurora, em 2008, tem esbarrado num importante empecilho: o avanço da contrarreforma agrária (OLIVEIRA, in apud MENDES, 2019).

O ápice dessa contrarreforma agrária se deu no governo Bolsonaro (2019/2022), que sucateou o INCRA, paralisou as desapropriações e a criação de assentamentos, suspendeu a assistência técnico-financeira, dentre outros desmandos. Ele ainda manipulou a opinião pública, insuflando a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo daqueles atrelados à luta pela terra. Ao mesmo tempo, facilitou a compra e o porte de arma, fazendo a barbárie no campo brasileiro explodir.

De fato, houve um crescimento exponencial dos conflitos no campo, atingindo, no governo Bolsonaro (2019/2022), os maiores patamares desde 1985, quando da redemocratização do país:

CONFLITOS NO CAMPO NA NOVA REPÚBLICA (PÓS-1985):

• Sarney (1985-1990) - 2.973

• Collor/Itamar (1990-1994) - 1.885

• FHC 1 (1995-1998) - 2.502

• FHC 2 (1999-2002) - 2.610

• Lula 1 (2003-2006) - 2.949

• Lula 2 (2007-2010) - 2.240

• Dilma 1 (2011-2014) - 3.268

• Dilma 2/Temer (2015-2018) - 3.973

• Bolsonaro (2019-2022) - 5.950

Fonte: CPT. Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt-era- bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 02/05/2023.

Se, em nível nacional, a violência teve um crescimento notável, nos assentamentos, a realidade objetiva não tem sido menos preocupante. Aqui, a barbárie tem se manifestado de várias formas. Uma delas tem se dado por meio do obscurantismo do INCRA. Desse modo, o cadastramento, a homologação, a concessão de assistência técnico-financeira e a implantação da infraestrutura ficaram comprometidas, quando não deixaram de ocorrer. Tratou-se do desmonte do INCRA, que tem dificultado a reprodução camponesa dentro do Aurora.

No tocante à homologação dos assentados, essa se tornou muito morosa, culminando com a paralisação quase que total do INCRA. Esse problema passou a estimular o comércio de lotes. De fato, 28% dos assentados entrevistados recorreram ao instrumento de compra para ingressar no Aurora. Isso tem gerado contradições. De um lado, assentados ricos, empresários e proprietários fundiários passavam a comprar lotes, usando funcionários e parentes como “laranjas” para ocupá-los. No Aurora, em 2023, identificamos que uma única família já apossava de 12 lotes distintos! Por outro lado, outros lotes estavam sendo desmembrados, passando a abrigar muitas pessoas que não tinham qualquer ligação de parentesco com os assentados responsáveis pela terra. Soma-se a isso outra constatação: a compra de lotes havia se tornado a única forma de ingresso na terra para muitos sujeitos sociais, como meeiros, rendeiros, sem-terra etc.

Quanto à homologação, enquanto algumas famílias haviam sido regularizadas mais de uma vez; outras aguardavam esse processo desde 2008. Também havia aquelas que, não obstante terem chegado tardiamente, muitas das quais por meio da compra de lotes, foram homologadas.

Quanto à assistência técnico-financeira, deparamo-nos com homologados que receberam mais recursos (para a construção da casa, apoio à mulher, compra de ferramentas etc.) do que outros. Somavam-se a isso casos em que o homologado não recebeu nada – nenhum auxílio, financiamento ou fomento.

No tocante à infraestrutura do assentamento Aurora, era generalizada a carência de equipamentos básicos como rede de água potável, saneamento básico, escolas, postos de saúde (o assentamento distava cerca de 4 km da cidade). Por exemplo, um dos quatro poços perfurados jamais jorrou água.

No Aurora, o campesinato não se restringia ao seu esforço ou capacidade de se reproduzir no interior do lote. Também era marcante nessa classe social suas andanças país afora, uma marca de sua rebeldia:

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não tem pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, ocupam mais uma vez, recuam mais uma vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

A rebeldia camponesa referida acima se manifestava no Aurora, onde ao menos metade (23 das 46 famílias visitadas) passou por três ou mais municípios antes de chegar em Descalvado/SP. Essa rebeldia trazia consigo uma enorme diversidade social, econômica e cultura. Isso se manifestava nas divergências e rivalidades internas, como demonstrava a disparidade que havia entre as suas duas associações de moradores. Enquanto a primeira abarcava menos de 10 famílias assentadas, a segunda englobava mais do que o dobro de associados existentes naquela. Todos esses associados eram homologados, razão pela qual podiam e, de fato, vendiam – em sua maioria – a produção para estabelecimentos particulares, bem como para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Essas discrepâncias realçavam também as diversidades culturais dos assentados. No âmbito religioso, por exemplo, havia uma vertente cultural “evangélica” majoritária, composta por 52% das famílias assentadas, que estimulava o individualismo no assentamento. Essa legião de “fiéis” (24 dos 46 lotes visitados) seguia uma vertente do protestantismo, o cristianismo neopentecostal, difusor dos dogmas da teologia da prosperidade, isto é,

Corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. (...) Seus líderes apregoam que os seres humanos possuem natureza divina, que consultar médicos ou tomar remédios é pouco recomendável para o cristão, que Jesus foi milionário e que a soberania de Deus é limitada pela vontade humana (ROMEIRO, 2007, p. 19 apud ZANINI, 2009).

Diante da realidade objetiva do assentamento, em grande medida explanada acima, 82% dos sujeitos sociais visitados (38 das 46 famílias entrevistadas) não conseguiam se reproduzir apenas de seu trabalho no lote. Dentre essas 38 famílias, 17 desenvolviam atividades não condizentes com o campesinato. Dentro desse grupo, 14 assentados praticavam atividades estranhas a essa classe social, muitas das quais ilícitas: arrendamento do lote para comércio e moradia; e oferta de bens/serviços (bares/boate, venda de automóveis e máquinas agrícolas usadas, areia e esterco; serviços automotivos (troca de óleo, mecânica, funilaria, alinhamento de direção/balanceamento de rodas, desmanche de automóveis e lavagem de caminhão); depósito de equipamentos de festa de peão de rodeio etc. As outras 3 famílias que não estavam realizando atividades compatíveis com o campesinato não revelaram suas fontes de ganhos/rendas. Uma delas parecia ser “testa de ferro” (“laranja”) de um grande empresário local. Outra mantinha no lote toros usados em festas de rodeio. Não por acaso, esses dois assentados venderam seus respectivos lotes algumas semanas após nossa entrevista. A terceira família estava sob responsabilidade de um pastor neopentecostal, que recorreu ao proselitismo cristão protestante para tentar nos manipular e desviar o foco da entrevista. Ademais, não nos deixou ingressar no lote e despistou sobre todas as questões que levantamos na entrevista.

Quanto àquelas 38 famílias que não se reproduziam da terra, já vimos que 17 delas praticavam atividades obscuras ou estranhas ao campesinato (compra e venda de automóveis e/ou máquinas agrícolas, troca de óleo, mecânica/funilaria e desmanche de automóveis, lavagem de caminhão etc.). Porém, as demais (21 delas) recorriam a outros recursos, que contribuíam para sua reprodução: 17 dependiam do trabalho assalariado e/ou autônomo praticados fora do lote; e as outras 4, de aposentadoria/pensão/assistência social.

Todavia, classificamos essas 21 famílias como camponesas, pois, ainda que praticassem o assalariamento ou o trabalho autônomo fora do lote, esforçavam-se – mesmo diante da escassez de tempo e de recursos financeiros – para se reproduzir na terra. Ou seja, não obstante todas as dificuldades enfrentadas – pobreza, obscurantismo do INCRA e conflitos de interesses com outros assentados –, preocupavam-se, de fato, em plantar alguns alimentos, produzir ovos e frangos, hortaliças, criar algumas vacas para a produção de leite etc.

A essas 21 famílias camponesas, somavam-se outras 8 que conseguiam, efetivamente, reproduzir-se – somente – a partir de seu trabalho na terra. Dentre essas 8 famílias camponesas, apenas 3 eram homologadas. As demais (5 famílias) ingressaram no assentamento tardiamente, quase sempre por meio do instrumento de compra. Esses assentados irregulares plantavam, colhiam, praticavam a pecuária bovina – leiteira e/ou de corte.

Desse modo, ainda que vivendo realidades objetivas distintas, 29 das 46 famílias visitadas esforçavam-se para se reproduzir na terra. Portanto, a maioria absoluta (63%) das famílias assentadas entrevistadas) estava inserida no campesinato.

CONCLUSÃO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

No Brasil, o campesinato tem protagonizado dois processos concomitantes e contraditórios. Ao mesmo tempo em que se (re)territorializa, subordina-se ao modo capitalista de produção, dado nesse lugar (Descalvado/SP) pelo avanço do mar de cana, processo chamado por Oliveira (2016) de territorializacão dos monopólios.

Nesse mar de cana, a resistência camponesa foi impulsionada pelos boias-frias, organizados politicamente após a Greve de Guariba (1984). Tal evento contribuiu sobremaneira para a multiplicação dos movimentos sociais, sindicatos e federações, como a FERAESP. Dentre as reivindicações da FERAESP, estava a luta pela terra em meio ao mar de cana.

Essa pressão social forçou os governos que sucederam a Ditadura Militar (1964/1985) a implementar políticas de Reforma Agrária. Uma das mais importantes passou a ser a criação de assentamentos como o PDS Comunidade Agrária Aurora, onde foi possível a (re)territorialização – de sujeitos sociais os mais diversos: trabalhadores assalariados (dentre os quais boias-frias), camponeses (sem-terra, meeiros, rendeiros, posseiros) etc. (MENDES, 2019).

No assentamento Aurora, dentre os 46 lotes visitados, 29 eram ocupados por camponeses. Essa maioria absoluta (63% dos entrevistados) era composta por aqueles sujeitos sociais que, mesmo quando vitimados por restrições de ordem material e financeira e/ou pela violência obscurantista do INCRA, conseguiam plantar alguns alimentos, produzir frangos e ovos, carne bovina, leite etc.

Portanto, a resistência camponesa prevalecia no Aurora, ainda que submetida a dificuldades das mais variadas matizes – sociais, culturais, econômicas etc. Nesse contexto social, a expansão neopentecostal, que, por um lado, reforçava – por meio da fé – a luta de muitos desses sujeitos sociais pela sua permanência na terra –, potencializava a violência obscurantista do INCRA. Essa contradição fazia do Aurora um retrato do Brasil, conquanto país das clandestinidades em que se tornara nos últimos anos:

Quando a República foi proclamada, um decreto proposto pelo ministro da Justiça separou o Estado da Igreja. A República não teria religião oficial. Isso não queria nem quer dizer que a prática religiosa é proibida. Ao contrário, a separação entre Estado e Igreja no Brasil teve por finalidade assegurar a democrática liberdade religiosa, a liberdade de consciência e o direito individual de cada qual ter ou não ter uma religião.

[...]

O tempo passou. Os acatólicos, como os chamavam, se multiplicaram. Na categoria “evangélicos”, surgiram os neopentecostais, que dos protestantes se diferenciam e muito. Diferentes facções religiosas passaram a identificar-se com a chamada teologia da prosperidade.

É oposição à teologia da libertação, católica e, também, protestante, da opção preferencial pelos pobres. Especialmente com os neopentecostais, houve reforço da tese originalmente calvinista de que o dinheiro e a acumulação de capital são os indícios fortes da predestinação do crente à salvação.

9

O que ganhou sentido indevido, aliás, nas brechas da alienação popular e da estrutura do poder político, as de deixar passar a boiada, isto é, do que não parece ter abrigo na lei e na Constituição. Mas é da conveniência de alguém, do governo, ainda que não necessariamente do Estado, que deveria ser instrumento da vontade democrática do povo.

Tudo aqui se torna dependente da disposição do governante para transgredir e da coragem de nesse sentido ousar...

As eleições de 2018 não elegeram simplesmente um governo. Deram respaldo a uma concepção de poder fundada em técnicas de transgressão do muito de fragilidade e de brechas que há na ordem política e no pacto implícito na Constituição de 1988. O sistema político brasileiro, historicamente, não é baseado nas regras pactadas, mas nas exceções que propositalmente comportam.

A “teoria da boiada” é a teoria das exceções da Constituição e das leis. Somos gente esperta, como o autor da tese. Base extralegal da esperteza de alguns que nos impede de chegar aonde podemos.

O Brasil está sendo transformado num país de clandestinidades que atuam no sentido de demolir e apagar da lei e da prática do Estado conquistas democráticas que os governantes não foram autorizados a suprimir. Trata-se de uma usurpação antidemocrática de direitos, especialmente de direitos sociais. (José de Souza Martins, em Valor Econômico – 25/09/2020. Disponível em https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria- da-boiada/).

Portanto, conquanto um desdobramento da teologia da prosperidade, a “teoria da boiada” fazia do Aurora de 2023 um desafio ainda maior para seus assentados se reproduzirem no âmbito do campesinato.

Apesar disso, reitera-se, a maioria composta por 63% dos entrevistados do Aurora praticava atividades – no interior do lote – compatíveis com o campesinato. Eram sujeitos sociais que, não obstante as dificuldades acima apontadas, plantavam, colhiam, ordenhavam, engordavam bovinos, criavam galinhas etc. Desse modo, continuavam resistindo, em pleno mar de cana, à histórica usurpação de terras observada país afora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, L. M. Contribuição à historiografia da geografia agrária na Universidade de São Paulo. AGRÁRIA, São Paulo, no 8, pp. 99-121, 2008.

GUILARDI, V; Biasi, N. S.; Gonçalves, J. M. da C.; Ramos, W. dos S.; Ronquim, C. C. O que mudou no cenário canavieiro 30 anos após o levante de Guariba? 8o Congresso Interinstitucional de Iniciação Científica – CIIC 2014, 12 a 14 de agosto de 2014. Campinas.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

10

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, J. de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, J. de S. O cativeiro da Terra. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, J. de S. Religião e a “teoria da boiada”. Valor econômico, 2020. https://cidadania23.org.br/2020/09/25/jose-de-souza-martins-religiao-e-a-teoria-da-boiada/. Acesso em 09/05/2023.

MENDES, I. L. O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP. Dissertação de mestrado apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2019.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1999. Inserir p.63-110

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt#. Acesso em 07/02/2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH- USP/Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. Caderno de Conflitos no campo: Brasil 2015, Goiânia, s/v, s/n, p. 28-42, abr. 2016a. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil- publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>. Acesso em: 7 jun. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_, A. U. Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro. Cap. 1. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. ISBN 978-65-87621-32-6. DOI 10.11606/9786587621326. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 jul./dez. 2005.

UNIVERSO ONLINE – UOL. CPT: Era Bolsonaro bate recorde de conflitos de terra na redemocratização. Disponível em https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/04/17/cpt- era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na- redemocratizacao.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/colunas/carlos- madeiro/2023/04/17/cpt-era-bolsonaro-bate-recorde-de-conflitos-de-terra-na-redemocratizacao.htm. Acesso em 07/05/2023.

ZANINI, A. L. Messianismo e neopentecostalismo: uma análise da práxis religiosa de Valdemiro Santiago na Igreja Mundial do Poder de Deus. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível me https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25699/Andre%20Luis%20Zanini.pdf?sequence= 1&isAllowed=y. São Paulo, 2009.

1. Aluno de doutorado do PPGH da FFLCH – USP, ivanlmendes@usp.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira [↑](#footnote-ref-2)